



A fonte no feminino: mulheres como fontes nos jornais O Popular, Daqui e Diário da Manhã ¹

Hayane RAFAELA BONFIM CARDOSO OLIVEIRA²

Gabriela MARQUES GONÇALVES³

Universidade Federal de Goiás - UFG

Introdução

O Global Media Monitoring Project (GMMP), ou, em tradução, Projeto Global de Monitoramento de Mídia, é uma iniciativa internacional, com equipes de mais de 100 países, que visa pesquisar a representação de gênero na mídia (ICICT, 2021; WACC Global, [s.d.]). A cada cinco anos, é apresentado um relatório com os dados obtidos pelos voluntários da pesquisa. Na última edição, de 2020, as mulheres representavam apenas 27% das fontes das notícias nos jornais levantados no período (ICICT, 2021).

Enquanto havia cerca de 80 participantes nacionalmente no relatório do último levantamento, a GMMP conseguiu mais que dobrar o número em 2025, com equipe de quase todos os estados brasileiros. Na equipe que realizou o monitoramento em Goiás estão oito voluntários, sendo duas docentes, cinco discentes e uma recém-graduada.

O monitoramento incluiu veículos televisivos, radiofônicos, impressos e digitais. A equipe de Goiás ficou responsável pela análise do jornal O Popular, que foi incluído no levantamento nacional. A coordenação geral da pesquisa escolhe uma data aleatória para a coleta dos dados em todos os países participantes. Neste ano, a data escolhida foi

¹Relato de Experiência apresentado no GT Pesquisa na Graduação, no Encontro Regional Norte e Centro-Oeste de Ensino de Jornalismo (Erejour Norte e Centro-Oeste).

² Graduanda de Jornalismo na Universidade Federal de Goiás. E-mail: hayanerafaela@discente.ufg.br

³ Professora doutora do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Goiás, pesquisa temas relacionados a Povos Ciganos, Interseccionalidade, Audiovisual. E-mail: gabrielamarques2@ufg.br



seis de maio. O objetivo principal é compreender o espaço das mulheres nas notícias, seja como fontes, seja como repórteres.

Para este artigo, apresentamos uma reflexão sobre o papel das mulheres como fontes em três jornais impressos de Goiás: O Popular, Diário da Manhã e Daqui. A análise foi feita com base na metodologia do GMMP que se divide na codificação quantitativa das matérias analisadas e na análise qualitativa de reportagens que contribuam com a reflexão sobre a discussão de gênero na mídia.

Metodologia

A metodologia se baseia em um sistema de codificação de matérias que, no caso dos jornais impressos, consiste em uma tabela dividida por colunas de: número da página; tópico (que aborda diferentes temas como “política e governo”, “economia”, “ciência e saúde”, “social e legal”, “crime e violência”, “violência de gênero”, “celebridade, artes, mídia”, “desportivo” e “outro”, sendo o último usado apenas em último recurso); âmbito (local, nacional, sub-regional e regional ou estrangeiro/internacional); espaço que a notícia ocupa na página; se há referência à igualdade de gênero/legislação/política de direitos humanos; se a história é sobre uma mulher ou grupo de mulheres; se destaca claramente questões de desigualdade entre mulheres e homens; e se desafia claramente estereótipos de gênero. Ainda há a coluna destinada para jornalistas e repórteres, que consta apenas sexo (feminino, masculino, gênero diverso, que inclui transgêneros, e, caso seja necessário, é possível marcar “não sei”).

Além disso, há a codificação das pessoas mencionadas na notícia: como sexo; idade; cargo ou ocupação; função na notícia (“não sei”, “sujeito”, “porta-voz”, “especialista ou comentarista”, “experiência pessoal”, “testemunha ocular”, “opinião popular” e “outro”); se há algum papel familiar; se a história identifica a pessoa como vítima, sobrevivente ou ambos; se a pessoa é identificada na história como vítima de algo;



se é identificada como sobrevivente de algo; se é citada diretamente; se é retratada como parte de um grupo minoritário (sexual, étnico, racial, religioso ou outro); se existe uma fotografia da pessoa na história. Ainda há as perguntas especiais: se é vulnerável economicamente, se é LGBTQIA+ (lésbica, gay, bissexual, transgênero, queer, intersexo, assexual ou outra orientação sexual e identidade de gênero diversa); e se é racializada.

Por fim, há uma seção para descrever as fotografias presentes nas notícias e as conclusões que são possíveis tirar delas e, também, se a história merece uma análise mais aprofundada (caso seja não, a resposta deve ser ignorada). O critério para definir se é necessário é:

(...) se perpetuar ou desafiar claramente os estereótipos de gênero, se incluir as opiniões das mulheres de maneira notável, se contribuir para a compreensão das desigualdades entre mulheres e homens, se mencionar ou chamar a atenção para os direitos humanos das mulheres, etc”(GMMP, 2025, p. 2).

Fundamentação teórica

Discutir a presença das mulheres no jornalismo nos ajuda a compreender como as questões de gênero estão presentes na sociedade, já que o jornalismo reflete e reforça essas dinâmicas por meio dos temas abordados em suas pautas, do protagonismo dos sujeitos ouvidos ou silenciados em suas coberturas, bem como os papéis que lhes são atribuídos. Dessa forma, a desigualdade de gênero identificada nos meios de comunicação nos dão pistas sobre como estas relações são construídas em outros espaços.

Ao abordar a pesquisa de Costa (2023), Iavorski et al (2024), destacam que o “jornalismo está presente na construção do gênero” e “essa construção ainda é estruturalmente masculina e não inclui de maneira prática e estrutural as mulheres” (2024, p. 150).

Análise



No total, foram analisadas 13 notícias presentes no jornal O Popular, 10 no Daqui e 26 no Diário da Manhã, incluindo as matérias de capa e outras distribuídas nas diferentes editorias.

No primeiro jornal em que a análise foi realizada pela equipe goiana, O Popular, das 13 matérias, os jornalistas/repórteres responsáveis totalizaram sete homens, quatro mulheres e duas reportagens sem a identificação de autoria. Assim, entre os profissionais responsáveis pelas matérias, as mulheres representam cerca de 30,7%. Já como pessoa na notícia, 24 homens apareceram contra 9 mulheres (sete como sujeitos, uma como porta-voz e a outra como especialista). Todas as vítimas encontradas entre as matérias analisadas eram mulheres, enquanto vítimas “de um acidente, desastre natural, pobreza”.

Já nas dez notícias destacadas do Jornal Daqui, nenhuma delas possui assinatura dos jornalistas que escreveram as matérias, não sendo possível identificar o gênero. Já em relação às fontes, foram codificadas vinte pessoas na notícia, mostrando um resultado mais equilibrado: metade composto por mulheres (1 como experiência pessoal, 6 como sujeito, 2 como testemunha e 1 como porta-voz) e metade por homens. No entanto, assim como O Popular, enquanto nenhum homem foi identificado como vítima, cinco mulheres obtiveram esse rótulo (“vítima de um acidente, desastre natural, pobreza”) e três delas também foram declaradas como sobreviventes.

No último jornal analisado, o Diário da Manhã (DM), de 26 jornalistas/repórteres, a grande maioria (15) estão sem assinatura, então não foi possível saber o sexo, 13 foram homens e apenas uma mulher foi sinalizada. Como pessoas na notícia, 53 eram homens, contrastando com 24 mulheres (cerca de 31% do total, somente). Ao passo que três dos 53 homens foram identificados como vítimas (todos como “vítimas de outro crime não doméstico, roubo e etc”), mais de um terço de todas as mulheres foram rotuladas dessa forma no jornal (quatro como “vítima de um acidente, desastre natural, pobreza” e três



como “vítima de violência doméstica, estupro, assassinato, etc). O restante das mulheres presentes estavam como especialista (1), desconhecido (1) e as outras como sujeito.

Considerações Finais

Contabilizando os três veículos goianos, apenas 9,8% das notícias foram assinadas por jornalistas mulheres. Em todos os veículos analisados, prevaleceu a representação masculina sobre a feminina, seja na figura do jornalista ou enquanto fonte. Com exceção do jornal *Daqui*, o baixo número de mulheres como fontes reflete a normalização da “ausência da mulher na arena pública” (Silva; Chagas, 2024, p. 69), já que o jornalismo contribui com o debate na esfera pública.

REFERÊNCIAS

Centro de Estudos do ICICT debate representações de gênero na mídia brasileira. **Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT)**. Rio de Janeiro (RJ), 25 abr. 2021. Disponível em: <https://www.iciet.fiocruz.br/noticias/centro-de-estudos-do-iciet-debate-representacoes-de-genero-na-midia-brasileira>. Acesso em: 10 out. 2025.

Global Media Monitoring Project (GMMP). **GMMP 2025 Monitoramento longo. Guia de codificação de resumo**. [s.l.], 2025.

Global Media Monitoring Project. **WACC Global**. [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://waccglobal.org/our-work/global-media-monitoring-project-gmmp/>. Acesso em: 10 out. 2025.

Iavorski, Catharina; Woitovicz, Karina Janz; Rocha, Paula Melani; Pontos, Felipe Simão. Mulheres jornalistas sob ataques: violências de gênero e riscos na cobertura



política brasileira durante o Governo Bolsonaro. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 21, n. 1, jan./jun. 2024, p. 147-159.

Silva, Letícia Sabbatini Malta Amaral da; Chagas, Viktor. Trajetórias interrompidas, insultos dissimulados: a violência política de gênero online. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 21, n. 1, jan./jun. 2024, p. 67-79.